

Turismo de Base Comunitária e a Economia Social e Solidária: Organização da Gestão do Turismo em Comunidades Caiçaras

*Community Based Tourism and the Social and Solidarity
Economy: Organization of Tourism Management in 'Caiçara'
Communities*

Gabriel Furlan Coletti¹
Nicoli Carolini de Lázari Hatano²
Mariana Cristina Garatini³
João Henrique Rodrigues Toniolo⁴
Leandro Pereira Morais⁵

RESUMO: A intensificação da atividade turística ao longo dos anos trouxe uma série de efeitos sobre as comunidades de destino. Sua ampliação teve como resultados modelos de exploração da atividade pouco sustentáveis, como o turismo de massa. O turismo de base comunitária (TBC) desponta como uma

1 Doutorando em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor do Centro Universitário Senac – Águas de São Pedro (SP). E-mail: gabriel.coletti@unesp.br

2 Doutoranda em Agronegócio e Desenvolvimento pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora da Faculdade da Alta Paulista – Tupã (SP). E-mail: nicoli.lazari@unesp.br

3 Doutoranda em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: mariana.garatini@unesp.br

4 Mestrando em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: jh.toniolo@unesp.br

5 Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: leandro.morais@unesp.br

alternativa efetivamente viável de garantir condições justas de trabalho, que promovam a valorização da cultura local e tenham impactos positivos sobre as comunidades receptoras e turistas. Cenário semelhante é proposto pela Economia Social e Solidária (ESS), que tem como um de seus propósitos a busca por relações socioeconômicas que não repliquem o modelo de dominação dos meios de produção. Assim, o objetivo desse trabalho foi analisar os aspectos organizacionais da gestão da atividade turística praticados por duas redes de turismo de base comunitária. O trabalho é de natureza exploratória e utilizou-se de questionário semiestruturado aplicado em entrevista on-line com fontes primárias para o levantamento das informações. Como resultados, constatou-se que o TBC constitui um meio de emprego da força de trabalho de modo justo, com sua valorização econômica e social entre seus membros. A atividade também tem poder de gerar sinergias, com efeitos complementares positivos por meio de parcerias com outras instituições. Por fim, o turismo organizado desse modo apresenta inestimável valor cultural apoiado nos aspectos históricos das comunidades nas quais é praticado.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária; Economia social e solidária; Caiçara; Organização.

ABSTRACT: The intensification of tourist activity over the years has brought a series of effects on the destination communities. Its expansion resulted in unsustainable models for exploiting the activity, such as mass tourism. Community-based tourism (CBT) emerges as an effectively viable alternative in order to guarantee fair working conditions, which promote the appreciation of local culture and have positive impacts on host communities and tourists. A similar scenario is proposed by the Social and Solidarity Economy, which has as one of its purposes the search for socioeconomic relations that do not replicate the model of domination of the means of production. Thus, the objective of this work was to analyze the organizational aspects of the management of tourist activity practiced by two community-based tourism networks. The study was exploratory in nature and it was used a semi-structured questionnaire applied in an online interview with primary sources in order to collect information. As a result, it was found that the CBT constitutes a means of employment of the workforce in a fair way, with its economic and social appreciation among its members. The activity also has the power to generate synergies with positive complementary effects through partnerships with other institutions. Finally, tourism organized in

this way has invaluable cultural value supported by the historical aspects of the communities in which it is practiced.

Keywords: Community-based tourism; Social and solidary economy; 'Caiçara'; Organization.

1 INTRODUÇÃO

O turismo tem se intensificado no mundo todo, em consonância com o fenômeno da globalização. Essa ampliação impactou países ao redor do globo, com reflexos econômicos, socioculturais, político-legais, de infraestrutura, entre outros (LIN; YANG; LI, 2019). Cabe ressaltar que esses reflexos impactam os países em proporções diferentes e dependem de fatores que se relacionam com seu potencial turístico (MASON, 2021).

Além disso, à medida em que se observa a maturação de mercados turísticos – acompanhados por arranjos político-legais que resultam em mecanismos pouco eficientes – muitos dos efeitos positivos da atividade turística podem ficar concentrados em grandes empresas do mercado, como operadoras, redes de hotéis e de restaurantes. Em casos mais acentuados, a concentração pode ter efeitos negativos sobre a população, em termos de renda, inclusão, poder de compra, preço de aluguéis e precarização de empregos; e em termos ambientais para a localidade (ARCHER; COOPER; RUHANEN, 2012).

Nos últimos anos algumas alternativas têm sido estruturadas considerando o melhor aproveitamento dos efeitos da atividade para todas as partes envolvidas no *trade* turístico. Tal condição é retratada sob a ótica do turismo sustentável, que se baseia no desenvolvimento do turismo de maneira justa, com esforços no sentido da mitigação de reflexos negativos sobre ambiente e população (HIGGINS-DESBIOLLES, 2018).

Uma alternativa ao modelo anterior é o turismo de base comunitária (TBC) que tem como pressupostos básicos o cooperativismo, organização pluralista dos agentes locais como representantes do destino, a inclusão da sociedade civil no processo de desenvolvimento e planejamento da atividade turística, distribuição dos impactos econômicos positivos do turismo entre a comunidade, preservação da identidade local e tantos outros (LÓPEZ-GUZMÁN; SÁNCHEZ-CAÑIZARES; PAVON, 2011).

Considerando as características do TBC, observa-se também o alinhamento aos princípios da Economia Social e Solidária (ESS), com a busca pelo desenvolvimento de atividades econômicas que integrem e gerem benefícios para a comunidade local. Essas atividades se baseiam em organizações autônomas, voltadas para o bem-estar social, solidariedade e cooperação, que se contrapõem ao modelo convencional da economia que busca somente o lucro nas atividades (UTTING; VAN DIJK; MATHEÏ, 2014).

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar o modelo de gestão do turismo praticado pelas redes de turismo de base comunitária, especificamente Rede Caiçara (Paranaguá, estado do Paraná) e Rota da Liberdade (Vale do Paraíba, estado de São Paulo). A pesquisa se justificativa pela relevância da temática como campo de estudo e como alternativa de desenvolvimento econômico para diferentes localidades do país, buscando identificar os principais elementos-chave para seu êxito.

O turismo e seu papel na sociedade têm gerado discussões acerca de seus impactos, sejam positivos ou negativos. Considera-se oportuna a compreensão de

ambas as perspectivas para a ampliação da discussão como campo de estudos. Outro panorama que contribui para a ampliação do entendimento acerca do turismo é a influência que recebe de áreas correlatas.

Na seção seguinte, a revisão bibliográfica se baseia em dois eixos temáticos centrais ao tema de pesquisa: os fundamentos da economia social e solidária e o turismo sustentável e de base comunitária. Com a revisão são levantados os elementos principais que constituem fundamento para a análise dos dados e discussão.

2 ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: ORIGEM, DEFINIÇÕES E IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Singer (2018), o nascimento da economia solidária (ES) se deu momentos depois da consolidação do capitalismo industrial, que foi precedido por uma estrutura econômica cuja atividade produtiva era majoritariamente agrícola, com alguns traços de uma atividade pré-industrial – desenvolvidas por homens e mulheres que detinham a força de trabalho.

A intensificação da atividade industrial, bem como a expansão do mercado mundial, trouxe consigo problemas sociais – como fome, miséria, péssimas condições de trabalho, exploração do trabalho infantil, substituição da mão de obra humana por máquinas – decorrentes da perda de detenção dos meios de produção pelos trabalhadores, que passaram a ser dominados pelos capitalistas (LEAL; RODRIGUES, 2018).

O cerne da questão sobre a mudança na relação de poder se dá pelo encarecimento do processo produtivo e dos meios de produção. É nesse cenário de mudança social e precariedade das condições de trabalho que surge o associativismo, com ideias de modelo de gestão autônomos e democráticos, caracterizado como uma resposta dos operários e camponeses guiados pelos objetivos sociais das organizações (GAIGER, 2009).

Desde então a economia social criou agentes socioeconômicos, como, por exemplo, as cooperativas que, de acordo com Singer (2002), se tratavam de esforços organizados pela classe trabalhadora voltados para a recuperação do trabalho e da autonomia econômica em face dos novos arranjos produtivos e obedecendo a igualdade e democracia, tidos como valores básicos do movimento operário.

Diferente da empresa capitalista, que tem como finalidade dar lucro aos investidores que passaram a ser detentores dos meios de produção, a empresa solidária vai de encontro com o modelo de trabalho – reconhecido como base do capitalismo – que surgiu com a primeira revolução industrial, em que foram separados o trabalho e a posse dos meios de produção. Portanto, a finalidade desta recorre a maximização da quantidade e qualidade do trabalho, e não do lucro (SINGER 2002).

Nota-se que a economia social compreende organizações como as cooperativas e as organizações sem fins lucrativos. A economia solidária engloba empreendimentos baseados na utilidade social e no atendimento de necessidade

dos menos favorecidos, nos quais os trabalhadores podem promover a autogestão, com objetivos diferentes de empresas da economia tradicional (MORENO; CHAVES, 2006; CHAVES; DEMOUSTIER, 2013).

As organizações que compõem a economia social e solidária (ESS) podem gerar benefícios para a comunidade, o desenvolvimento local, os participantes ou beneficiários, o meio ambiente, entre outros. Ademais, tais organizações, por meio de seus efeitos, contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – propostos na Agenda 2030, atual agenda global da Organização das Nações Unidas (ONU).

Conforme Chaves-Avila e Gallego-Bono (2020), frente aos desafios associados à sustentabilidade, à qualidade de vida da população – incluindo aspectos sociais e econômicos – e ao meio ambiente, a Agenda 2030 estimula os países a desenvolverem planos e alcançarem objetivos ligados a diferentes áreas, como cidades e comunidades sustentáveis, igualdade de gênero, justiça, gestão de recursos naturais, pobreza, emprego decente e crescimento econômico, por exemplo.

Esse diálogo com a sociedade faz com que as políticas promovam a economia social e direcionem esforços para áreas pontuais e necessidades locais, compreendendo grupos ou setores específicos. Ainda segundo os autores, o conhecimento de casos com resultados relevantes para a comunidade é importante para ampliar a visão dos envolvidos sobre a possibilidade de parcerias, inclusive com o setor privado as limitações que podem interferir no processo, oportunidades e adaptações para cada caso ou região.

Entraves para a integração de diferentes agentes podem ser vistos como limitações para a implementação de projetos (MANDRYSZ, 2020). A economia social de base comunitária, que será discutida no tópico seguinte, conecta a comunidade, a cooperação e o empreendimento. O senso de confiança entre os membros é fundamental para ativar a participação conjunta, explorar os recursos disponíveis e gerar efeitos positivos para os membros e para diferentes setores da região.

3 TURISMO SUTENTÁVEL E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A atividade turística experimentou taxas de crescimento constantes e relativamente acentuadas durante muitas décadas ao longo da história, mesmo com diversos eventos de natureza socioeconômicos ou que envolvessem relações entre países cujos efeitos tinham reflexos diretos no setor, num período que se estende desde o pós-Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje (RABAHY, 2003; BENI, 2019).

Além do crescimento econômico dos países e da melhoria no nível de renda geral da população mundial, as recorrentes inovações e evoluções dos meios de transportes tiveram efeitos consideráveis para a ampliação do número de viajantes e do gasto em viagens internacionais (RAMOS; COSTA, 2017).

Nos primórdios desse cenário de crescimento do turismo mundial, um fenômeno passou a ser observado entre as décadas de 1950 e 1960: a massificação do turismo.

Nesse caso, a busca por novas culturas e fronteiras levou a um movimento de aumento de voos fretados e de comercialização de pacotes turísticos. Esse cenário perdura durante os anos 1980 e 1990, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial nos países desenvolvidos (RUSCHMANN, 2016).

A partir do final dos anos 1990, em um processo de liberalização da economia, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento passam por um período de transição pós-crise econômica e se integram mais efetivamente aos fluxos de comércio e produção mundiais. Como resultado do crescimento decorrente, os turistas oriundos desses países passaram a replicar o consumo da experiência turística de massa, que apesar de refletirem de modo positivo para a economia, teve efeitos dualistas sobre as populações do destino turístico (CORIOLANO, 2003).

Como exemplo, o turismo de massa contribui para o crescimento dos entornos do destino turístico quando há efeitos de transbordamento para população, como aumento do nível de emprego e renda e ampliação dos investimentos em infraestrutura comum a turistas e moradores. O turismo de massa movimenta grandes volumes de passageiros e, conseqüentemente, grandes montantes de dinheiro, com destino parcial para a localidade turística.

Contudo, há outros efeitos por trás do turismo de massa que causam mais impactos perversos do que positivos, como o (i) detrimento da mão de obra local frente à contratação e “importação” de mão de obra especializada, que também resulta em um movimento nulo de qualificação da população local – que seria processo natural, se incorporados à atividade; (ii) a exploração intensiva dos recursos naturais locais, dado o grande volume de turistas, observa-se aumentos expressivos no número de visitantes a determinadas localidades, como praias, rios, cachoeiras, que tem como desenlace a ampliação da degradação ambiental e dos recursos – condição que afeta a manutenção e sobrevivência da atividade turística na localidade; (iii) sobrecarga dos serviços públicos básicos, como no caso do saneamento, que amplia o volume de resíduos gerados na localidade, desde água a resíduos que exijam tratamento (CHRISTIN, 2019).

Existem ainda efeitos negativos sobre a estrutura urbana, como limitações na capacidade de transporte ou até mesmo hiatos de investimentos, com grandes volumes direcionados à localidade ou ao atrativo e poucos esforços direcionados aos entornos, com menor benefício social. Outro aspecto negativo gerado pelo turismo de massa é o efeito concentrador de renda, quando a maior parte das atividades características do turismo passam a ser exploradas por um ou poucos operadores de grande porte.

Nas perspectivas supracitadas, o turismo de massa, na maior parte das vezes, ilustra a representação da dominação do capital sobre os meios de produção, com a possibilidade de perpetuar a exploração do trabalho, dos recursos e da ampliação das desigualdades (CRUZ, 2018). Em outras palavras, o turismo é um fenômeno multifacetado, com desdobramentos em diversos campos de estudos, que não se distancia dos elementos econômicos e sociais.

Apesar dos movimentos de crescimento do turismo de massa, a partir da década de 1990, observou-se uma intensificação da pauta da sustentabilidade nas

economias mundiais. Quando se considera a economia como a gestão de recursos escassos, o alinhamento com os princípios da sustentabilidade emerge como um fator determinante para o delineamento dos modelos de negócios e seus transbordamentos alcançam o setor do turismo.

A visão da atividade de turismo, baseada em grandes volumes e fluxos de visitantes, começa a evidenciar seus efeitos negativos sobre as localidades de destino. Frente a um cenário de emergente degradação, a ruptura de paradigma com o modelo de exploração da atividade figurou como alternativa viável. Essa sensibilização sobre a dinâmica da relação entre as partes e os recursos traz uma perspectiva que concebe o turismo como agente garantidor dos ciclos naturais e socioeconômicos (OKAZAKI, 2008; DAMAS, 2020).

Nesse contexto, a sustentabilidade extrapola a esfera ambiental e passa a incorporar novos contornos, que retratam os novos desenhos da relação entre localidade e turistas. Ao buscar um equilíbrio maior entre essas partes passa a observar a consubstanciação de aspectos ambientais, econômicos e socioculturais. A sustentabilidade aplicada ao turismo muda a forma de se pensar a relação entre viajantes e o meio. Desse cenário de transformação de perspectivas, emerge o turismo de base comunitária (TBC).

O TBC não possui uma definição única ou rígida e pode se desenvolver em diversos tipos de comunidades e incorporar atividades variadas (SUANSRI, 2003; JOHNSON, 2010). Portanto, para fins de delimitação, nesse trabalho acadêmico será considerado como TBC toda modalidade de organização e estruturação alternativa ao turismo convencional que prime pela troca e difusão da cultura local, trazendo alternativas à geração de renda dos habitantes do local em que se desenvolve.

Assim, dentro desse conceito abrangente, o Turismo de Base Comunitária, pode possuir outras denominações, dentre elas turismo comunitário, turismo solidário, turismo de conservação, turismo sustentável. Seus construtos têm como alicerces a partilha, a valorização da identidade cultural, a equidade, a distribuição de renda, o desenvolvimento sustentável local, o protagonismo dos agentes locais, entre tantos outros (GRACIANO; HOLANDA, 2020)

A depender do local em que se desenvolve terá características próprias, mas como elementos compartilhados pode-se citar a contribuição dessa atividade como alternativa a geração de renda e oportunidades de empregos no âmbito da própria comunidade, a autogestão, o aproveitamento dos proventos para o desenvolvimento econômico e social dos habitantes, promoção de experiências turísticas singelas, em que se participa do cotidiano local de forma direta junto aos seus atores, intercâmbio cultural, inserção dos jovens dentro da comunidade, dentre outras (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

Há ainda que se ressaltar que a proposta desse turismo não é substituir o turismo convencional, principalmente na geração de renda, uma vez que o formato da atividade possui uma proposta própria direcionada a um modelo alternativo de se pensar e executar o turismo, até mesmo porque ele se desenvolve dentro de um ambiente definido. Faz-se necessário o cuidado para que a interação com

a comunidade não invada sobremaneira o desenrolar dos atos próprios da vida familiar e comunitária dos habitantes, a ponto de desrespeitar o direito a intimidade e privacidade dos mesmos, também deve ficar limitado ao ponto de equilíbrio entre a preservação e contato com a natureza (IRVING, 2009)

Quanto a suas modalidades, por exemplo, o Turismo de Base Comunitária exercido dentro de áreas de proteção ambiental ou Unidades de Conservação estará ligado à conservação da natureza, visa a utilização dos locais de modo a permitir o manejo apropriado da natureza, tanto para a finalidade turística e financeira, como também visando sua preservação para as gerações futuras (ICMBIO, 2018).

Pelo exposto, o Turismo Comunitário tem por diretriz a participação ativa da comunidade local e para consecução desse objetivo se faz imprescindível o envolvimento de diversos atores, dentre eles a “administração pública em diferentes níveis, organizações não governamentais, instituições privadas e a própria comunidade local” (LÓPEZ-GUZMÁN; SÁNCHEZ-CAÑIZARES; PAVÓN, 2011, p. 72), que irão respaldar o desenvolvimento dessas atividades, qualificando os habitantes, fornecendo treinamento e suporte na sua organização, administração e acompanhando os resultados objetivos com o intuito de traçar estratégias de melhorias e aproveitamento.

No Brasil, o tema passou a ser objeto de pesquisas e políticas públicas na década de 1990 dentro dos Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL). Contudo, apenas passou a integrar o discurso político como alternativa para inclusão social a partir de 2003 (HALL, 2019).

Assim, atualmente é possível verificar o envolvimento do Ministério do Turismo (MTur), desde a formulação de políticas públicas de financiamento e disponibilização de cursos preparatórios e de capacitação. O apoio do poder público ao TBC, por meio do MTur, ganha robustez a partir de 2008, quando o corpo técnico do ministério decide apoiar ações direcionadas para tal segmentação do turismo, via Edital de Chamada Pública de Projetos (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009). Atualmente, o fomento à capacitação e ao financiamento de iniciativas de desenvolvimento e consolidação de regiões turísticas se dá por iniciativa do MTur, por meio do Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo e do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR). Ademais, também se faz presente o envolvimento do “poder público municipal e estadual, organização sem fins lucrativos de naturezas diversas como ONGs representativas da organização do turismo de fundações de instituição de ensino superior, associações, cooperativas e diversas entidades comunitárias” (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 366).

Com base na explanação acima, pode-se elencar como princípios que norteiam o Turismo de Base Comunitária, sem pretensão de esgotamento do rol: (i) a preocupação com a preservação da natureza e da biodiversidade, quando se desenvolve em locais de interesse ambiental; (ii) compartilhamento, difusão do patrimônio histórico e cultural da comunidade onde se encontra; (iii) ligação direta da comunidade com o desenvolvimento das atividades turísticas, participando ativamente da tomada de decisões; (iv) a partilha dos proventos deve ter por princípio norteador a isonomia,

primando pela justa recompensa dos envolvidos conforme o serviço desenvolvido e prestado; (v) os interesses comuns devem se sobrepor aos particulares e todos os dados, informações devem estar disponíveis a todos os envolvidos, o que garante não apenas uma participação comunitária, mas também contribui para o regular desenvolvimento das atividades, pois os atores também fiscalizarão a execução dos programas (ICMBIO, 2018).

Por fim, também há que se explanar que o turista do TCB difere daquele que pratica o turismo convencional, pois para a consecução do turismo comunitário, requer-se o envolvimento direto do visitante, sendo ele também protagonista desse fenômeno (IRVING, 2009; UNWTO, 2017).

Nesse sentido, observa-se na revisão bibliográfica que o turismo de base comunitária desponta como uma alternativa socioeconômica viável para o turismo de massificação. Como verificado na literatura, a ampliação da sua implementação pode gerar efeitos de transbordamento positivos sobre as comunidades impactadas e sobre os turistas. Ademais, além dos benefícios econômicos provenientes da atividade, constata-se a valorização do patrimônio imaterial e do resgate, preservação e promoção da cultura local.

Na seção seguinte, serão delimitados os contornos da pesquisa em termos de sua metodologia de aplicação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo proposto é de natureza exploratória e descritiva, no qual emprega-se pesquisa bibliográfica, com caráter qualitativo a partir da utilização de entrevistas com roteiro estruturado (GIL, 2017). Na fase primária do estudo, empregou-se técnica de levantamento bibliográfico, com buscas em artigos científicos e livros que versam sobre as temáticas de Economia Social e Solidária (ESS), Turismo Sustentável (TS) e Turismo de Base Comunitária (TBC). Os repositórios utilizados para seleção da literatura foram Science Direct, *A Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, com busca individual baseada nas palavras-chave: economia social solidária, turismo sustentável, turismo de base comunitária, *social and solidarity economics, sustainable tourism e community-based tourism*.

Na fase seguinte, o levantamento das informações foi realizado por meio de entrevistas aplicadas a duas comunidades que se apoiam no TBC: Rede Caiçara – Paranaguá/Paraná e Rota da Liberdade - Vale do Paraíba/São Paulo. Essa etapa trouxe a classificação da pesquisa como qualitativa, pois as variáveis levantadas na pesquisa foram direcionadas a lançar luz sobre os fenômenos e impactos que decorreram do arranjo em TBC na comunidade. A amostra foi determinada por conveniência, pela disponibilidade de participação voluntária dos entrevistados. A pesquisa contou com uma amostra total de quatro entrevistados, dos quais um era representante da Rede Caiçara e três eram representantes da Rota da Liberdade. Com um número de entrevistados maior para o caso da rota da Liberdade, foi possível consolidar as informações por meio de diferentes fontes, porém não houve

distinção em relação ao volume de dados diferentes coletados para discussão comparativamente ao caso da Rede Caiçara.

Os entrevistados foram selecionados segundo sua posição dentro da comunidade e sua disponibilidade em participar da pesquisa. As entrevistas foram realizadas entre os dias 27 de julho e 01 de agosto de 2021, em reunião via *Google Meet*. Os principais resultados são apresentados de modo descritivo para ilustrar e compreender seu contexto, dada a possibilidade de respostas abertas. Buscou-se levantar quais os impactos percebidos pela comunidade oriundos da inserção da mesma nas atividades turísticas.

Utilizou-se como instrumento para a entrevista um roteiro com 17 questões. Estas buscaram identificar a forma de organização e gestão das atividades e das pessoas envolvidas, os atrativos oferecidos aos turistas, a possibilidade de acompanhamento das ações por órgão externo à comunidade, a forma de difusão do patrimônio histórico e cultural do local, o perfil demográfico das pessoas que vivem na comunidade, o que inclui faixa etária e renda. Estas respostas permitem compreender o funcionamento das comunidades, bem como a forma de gestão. O roteiro utilizado é apresentado no apêndice 1.

Posteriormente, as entrevistas passaram por transcrição. As informações são discutidas de forma separada, conforme as duas comunidades selecionadas e por fim, os principais dados foram organizados em quadro para fins de comparação entre os dois casos.

A seção seguinte, de análise dos dados procura estabelecer uma correlação com os fundamentos da Economia Social e Solidária esboçados na revisão bibliográfica. Sua estruturação se dá à luz dos fatores determinantes para a consolidação das redes de turismo de base comunitária nas localidades estudadas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio das entrevistas com os dois objetos do estudo são descritos a seguir e debatidos à luz dos fundamentos da ESS na sequência.

5.1 Rede Caiçara

A iniciativa A, denominada Rede Caiçara, é situada em Paranaguá, no litoral do Paraná e composta por uma rede de moradores de cinco comunidades: São Miguel, Piaçaguera, Eufrasina, Ponta do Ubá e Ilha dos Valadares. Nos anos de 2012 e 2013 a rede iniciou seu processo de organização compreendendo essas comunidades, juntamente com ações de uma empresa portuária de Paranaguá (Terminal de Contêineres de Paranaguá - TCP), de modo que em 2014 surgiram algumas atividades de turismo nos locais. O surgimento da rede Anfirições do Litoral do Paraná foi um importante acontecimento em 2018, pois se trata de uma rede regional que une e fortalece todos esses grupos de TBC.

Neste período inicial houve fomento de agentes externos, como de uma empresa de consultoria da região (TCP), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da prefeitura de Paranaguá, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Estes agentes buscaram fortalecer a Rede Caiçara. A empresa de consultoria ambiental de Paranaguá ofereceu suporte e capacitação para alguns membros das comunidades, sobre sistemas de gestão ambiental, o que permitiu maior entendimento do funcionamento e da gestão das atividades e do local.

Cada comunidade tem uma forma individual de organização e seu próprio estatuto. Buscou-se criar um comitê gestor central com um representante de cada comunidade, contudo devido à distância e dificuldade de locomoção para reuniões, as tentativas não foram bem-sucedidas. Atualmente, a rede tem uma boa perspectiva de obter uma consultoria externa que permita conciliar e gerenciar as comunidades como um todo. No que tange aos representantes existe um líder da rede, que busca coordenar as ações entre as comunidades e cada comunidade possui sua própria liderança.

No ano de 2019 foi feito um levantamento dos atrativos e atividades oferecidas por cada comunidade. Com base no levantamento realizado, verificou-se que os atrativos raramente se repetem entre elas. Conforme a Rede Caiçara, as comunidades apresentam os seguintes atrativos, embora cada uma tenha seu roteiro e individualidade: pesca do siri como fonte essencial de renda; realização de trilhas; a beleza da Mata Atlântica preservada; igreja antiga para visitação; frutas típicas; lendas locais; uso de caiaques; orla rochosa; música e dança típica Caiçara, que formam a cultura local; e apresenta es de grupos culturais.

Em todas as atividades oferecidas, a cultura   difundida por meio da história local, cultura e alimenta o, com o tipo de pesca de cada comunidade, dos diálogos com os moradores locais, pontos turísticos históricos ou experiências e sensa es geradas pelas paisagens e passeios. Na comunidade de São Miguel, por exemplo, cerca de 90% da renda está atrelado   pesca do siri. Grande parte da culinária também está vinculada a esta pesca.

Deve ser destacado que as comunidades que compõem a rede possuem área de prote o ambiental. Algumas comunidades estão na abrangência da área de Prote o Ambiental de Guaraqueçaba (APA de Guaraqueçaba).

Além da cultura local, há uma estrutura vinculada aos serviços turísticos em algumas comunidades, como lanchonetes, pousadas e hospedagem familiar. Esta estrutura ainda   recente e as comunidades buscam realizar melhorias.

Em rela o   gestão financeira dos rendimentos, constatou-se que cada comunidade faz sua gestão e divisão de renda entre os participantes, de acordo com as fun es exercidas internamente. Em uma das comunidades, por exemplo, dez por cento de todo o valor recebido   destinado a uma poupança utilizada em casos de manuten o, troca de equipamentos, entre outras necessidades, entretanto, esta não   uma regra geral para todas as comunidades.

O formato de turismo promovido pela rede Caiçara proporcionou troca de experiências entre moradores e grupos de turistas e contribuiu para a melhora no nível de renda das famílias. Foi criada uma renda complementar com o turismo, envolvendo homens e mulheres das comunidades de faixa etária mais elevada. A renda principal das comunidades, normalmente, é a pesca.

A comunidade não dispõe de dados precisos sobre o número de visitantes, mas, sabe-se que no último ano houve queda em função da falta de divulgação dos atrativos turísticos e a pandemia de COVID-19. Os líderes estão organizando o planejamento para a retomada das atividades, aumento de divulgação e visibilidade e recebimento dos grupos de turistas.

5.2 Rota da Liberdade

A iniciativa B, denominada Rota da Liberdade, teve seu início no Quilombo da Fazenda entre os anos de 2005 e 2006, um período de luta pelo reconhecimento das terras. A consolidação do turismo ocorreu como um processo ao longo do tempo, com surgimento de roteiros em entre 2015 e 2016. A iniciativa partiu da própria comunidade e, em auxílio, houve fomento de agentes externos impulsionadores, como ONG's, Observatório Sustentável da Mantiqueira, Fórum das Comunidades Tradicionais (espaço de luta de comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras, de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba) e Rede Nhandereko (“nosso modo de viver”). Essa rede foi fundamental para o lançamento do TBC e do reconhecimento do território quilombola.

Principalmente a partir de 2010, os gestores do Parque Estadual da Serra do Mar e a Rede Nhandereko, ofereceram capacitação aos membros dos quilombos, tanto para o artesanato, como para o setor financeiro e administrativo. Atualmente, existe um processo contínuo de qualificação, com cursos de formação para monitores, gastronomia, recepção e contabilidade ofertados pela Rede Nhandereko e pelo Fórum das Comunidades Tradicionais.

Além dessas formações básicas, a comunidade pode apresentar suas demandas e necessidades específicas de capacitações. Algumas parcerias feitas com universidades públicas também contribuem neste sentido. Como exemplo, grupos receberam capacitação sobre criação de plano de negócios.

A gestão do turismo é feita pela própria comunidade. Há uma associação dividida em núcleos com seus respectivos responsáveis. A Rede Nhandereko trouxe mais autonomia, de modo que a comunidade pode realizar agendamentos de roteiros, que antes eram feitos exclusivamente pelo Parque Estadual da Serra do Mar. Todavia, algumas trilhas precisam, necessariamente, de agendamento pelo Parque, devido a área de proteção ambiental. Assim, o Parque deve receber o valor do ingresso e a comunidade o valor da trilha. Monitores das trilhas também devem ser credenciados e liberados pelo Estado.

A associação é composta por vários líderes, de diferentes áreas da comunidade (turismo, agroflorestal, colheita do açaí, beneficiamento do açaí Jussara, venda

para reflorestamento e outras). Estes contribuem para a organização e divisão das tarefas. Ademais, dividem-se em cargos, como conselheiro, diretor cultural, diretor patrimonial, tesoureiro, secretário, presidente e vice-presidente. Há também pessoas que não possuem cargos na associação, mas prestam serviços importantes ou lutam por causas específicas, como regularização da terra.

O turismo beneficia toda a comunidade, porém cada membro/família desenvolve uma atividade, confecciona um produto, presta um serviço, aluga casas e obtém a renda oriunda de seus produtos e serviços. Essas atividades/serviços impedem que as famílias abandonem o território e saiam em busca de renda no centro urbano, o que ocasionaria a perda da identidade cultural dos quilombos. Algumas famílias que haviam deixado os quilombos, retornaram recentemente, dada a perspectiva de aumento de renda, o que é importante para a permanência de jovens. Estes atuam como *griots* (contadores de histórias) e monitores.

Diversos atrativos são oferecidos aos turistas, como oficina de farinha de mandioca; oficina artesanal (taboa, taquara, timopeba); oficina de culinária; roda de jongo; experiência ambiental que envolve a Mata Atlântica (com monitoria nas trilhas dentro do quilombo e passagem por piscinas naturais e cachoeiras); turismo de vivência; hospedagem na casa dos moradores; alimentação; roda de conversa (histórias da comunidade); observação de aves (por meio de uma torre ou de trilha); oficina de construção de casa de barro com trançado de bambu e bioconstrução, entre outras. Muitos turistas passam o dia no quilombo, mas para fazer o roteiro completo o tempo estimado é de cerca de uma semana.

Ao considerar esses atrativos, sabe-se que há uma escala a ser seguida. Por exemplo, na oficina de artesanato há pessoas com essa aptidão que trabalham em semanas diferentes, conforme a escala. O membro escalado deve ficar responsável pela venda do seu próprio artesanato e dos demais quilombolas. Posteriormente, a distribuição dos rendimentos é feita conforme a venda de cada produto e seu fabricante. Cada artesão deve entregar dez por cento da renda para uma reserva, que é destinada a compra de materiais. Um tesoureiro é responsável por essa gestão. A associação também pode interferir em relação à aplicação das reservas, pois famílias destinam um pequeno valor (cerca de dez reais) para um fundo específico.

Há infraestrutura complementar vinculada ao turismo no quilombo, que compreende restaurantes, aluguel de casas ou quartos pelos quilombolas – ainda não há pousadas, mas há perspectivas de projetos futuros – comércios nas próprias residências, como bares e mercearias, e centro comunitário, onde serão realizados eventos, reuniões, dança e rodas de conversa. O acesso pode ser realizado por carros, com fácil condição de acesso, ou por ônibus, com a comunidade integrada à linha.

O turismo promovido pela Rota da Liberdade atraiu um público interessado em vivências e experiências com a comunidade e cultura local. A rede não dispõe de números precisos, mas há a percepção da melhora da qualidade de vida com a renda gerada para as pessoas da própria comunidade, que ali realizam o trabalho. Existe o intermédio de uma agência de turismo especializada na cultura quilombola que

auxilia no fluxo de pessoas ao levar grupos de turistas. Dependendo do volume de pessoas, a divisão entre famílias e monitores é realizada para que a maior parte dos moradores seja beneficiada. Há procura também por agendamento de universidades e escolas.

A comunidade busca a realização das atividades o ano todo, para maior estabilidade e permanência dos membros. A pandemia de COVID-19 afetou negativamente o trabalho, dada a interrupção das visitas. Em alguns casos, certas famílias tiveram que buscar empregos no centro urbano para complementar a renda. Entretanto, neste período foi realizado um planejamento para retomada das atividades, organização interna e ajuste de preços. Acredita-se que com o retorno dos turistas, outros projetos sejam implementados e ampliados.

Estima-se a existência de 64 famílias. A proporção de jovens e crianças é menor, comparativamente aos adultos com mais de trinta anos. Muitas mulheres estão envolvidas nas atividades. O quilombo vem buscando parcerias e projetos sociais que envolvam os jovens, possibilitando seu desenvolvimento dentro da comunidade e abrindo possibilidades de obtenção de renda.

Por fim, é possível comparar as duas iniciativas discutidas. Aspectos fundamentais que formam o TBC foram notados nas duas comunidades. Percebe-se o forte envolvimento dos membros, a estruturação e o planejamento para fortalecer a iniciativa, a distribuição da renda para que todos sejam beneficiados de forma justa e a forte disseminação e presença da cultura local e do patrimônio nas atividades ofertadas aos turistas. O quadro 1 resume as principais características das comunidades estudadas.

QUADRO 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS COMUNIDADES ESTUDADAS ASSOCIADAS AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

Fatores	Comunidade	Comunidade B
Fomento de agente externo	Universidade Federal do Paraná (UFPR); Secretaria de turismo – Prefeitura de Paranaguá Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP)	ONGs; Fórum das Comunidades Tradicionais; Parque Estadual da Serra do Mar Rede Nhandereko
<i>Envolvimento dos membros</i>	Líder central; Atividades de turismo	Associação, Atividades de turismo
Capacitação	Empresa de consultoria - suporte e capacitação	Rede Nhandereko - formações em diversas áreas e demandas específicas
Unidade de Conservação	Sim	Sim

Estrutura organizacional	Líder central e lideranças individuais	Lideranças que compõem a diretoria da associação do quilombo
Gestão dos rendimentos	Fundo de reserva presente em algumas comunidades. Há autonomia, conforme o estatuto de cada uma delas	Tesoureiro - divisão do rendimento conforme as vendas e fundo de reserva
Distribuição da renda	Divisão de renda de acordo com as funções exercidas internamente	Escala dentro das atividades para participação justa dos membros
Difusão do patrimônio histórico e cultural	Pesca, trilhas, mata Atlântica preservada, igreja antiga, frutas típicas, lendas locais, música e dança típica etc.	Oficinas de trabalho artesanal, mata Atlântica preservada, hospedagem na casa dos moradores, roda de conversa
Infraestrutura de serviços turísticos complementares	Restaurantes, Hospedagem. Buscam-se melhorias	Restaurantes, Hospedagem. Buscam-se melhorias
Perspectiva de ampliação da atividade turística	Previsão futura, após o retorno das visitas.	Previsão futura, após o retorno das visitas.
Renda principal ou complementar	Renda complementar, no momento	Renda complementar, no momento

FONTE: Elaborado pelos autores.

Algumas limitações foram percebidas pelas comunidades. Nesse caso, busca-se a permanência das famílias e dos jovens, a ampliação da estrutura local, a visibilidade dos projetos e retomada das atividades após a pandemia de Covid-19. Parcerias com agências de turismo e universidades tornam-se fundamentais, assim como a continuidade das capacitações realizadas e que permitem a gestão e a coordenação dos membros.

5.3 RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Como apresentado anteriormente, a Economia Social e Solidária (ESS) aborda empreendimentos baseados na utilidade social e no atendimento de necessidade dos menos favorecidos, e as organizações que compõem esse campo podem gerar benefícios para a comunidade, os participantes e beneficiários, o desenvolvimento local, bem como para o meio ambiente.

Dessa forma, foi possível perceber através do questionário aplicado para a análise do presente trabalho, um alinhamento dos dois grupos entrevistados – Rede Caiçara e Rota da Liberdade – com a ESS, sob a perspectiva de que ambos possuem área de preservação ambiental, além da disseminação da cultura local, por meio da troca de experiência dos moradores locais com os turistas. Neste caso, pode-se

observar, segundo constatações dos próprios pescadores que fazem parte da Rede Caiçara, os benefícios advindos dessas trocas de experiências com os turistas que frequentam o local, benefícios estes que significam tanto o aprendizado devido ao contato com diferentes culturas, como a contribuição em poder ensinar um pouco sobre a cultura da comunidade, o que não diverge do segundo grupo (Rota da Liberdade), no qual se constatou a disseminação cultural presente em todo o roteiro, possibilitando a valorização patrimonial e cultural.

Em complemento, em ambos os casos houve a participação e o fomento de agentes externos que contribuíram para o desenvolvimento do funcionamento e da gestão das atividades. No caso da Rede Caiçara, ficou evidente que a presença dos agentes externos contribuiu para o fortalecimento da rede, por meio de um maior suporte e capacitação para alguns membros da comunidade. Tal fato não foi diferente no que diz respeito a Rota da Liberdade, pode-se, inclusive, destacar a participação da Rede Nhandereko que teve grande importância para o lançamento do turismo de base comunitária, bem como o reconhecimento das terras do quilombo. Essa condição evidencia a importância da estruturação de redes de relações de apoio, que tenham capacidade de oferecer suporte ou competências complementares às comunidades, que auxiliem sua consolidação.

Em conjunto com a Rede Nhandereko, o Parque Estadual da Serra do Mar ofereceu a capacitação para os membros do quilombo que, devido ao contínuo processo de qualificação, contribuíram para qualificar tanto o artesanato como o setor financeiro e administrativo. Pode-se, portanto, observar a presença de agentes externos contribuindo para a promoção da autogestão das comunidades, gerando benefícios e o desenvolvimento local para estas, cujo objetivo se prega de forma divergente das empresas da economia tradicional.

Também é possível constatar que o turismo, bem como as trocas de experiências entre moradores e turistas, gerou benefícios e proporcionou uma melhoria na renda das famílias de ambas as comunidades, além de ter contribuído para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Segundo constatação da comunidade Rede Caiçara, o turismo criou para as famílias locais uma renda complementar, ou seja, uma melhora na renda dessas famílias. Da mesma forma, a comunidade Rota da Liberdade também reconhece os benefícios que foram gerados devido a renda oriunda dos produtos e serviços relacionados ao turismo. Essas atividades, inclusive, impedem que as famílias locais migrem para centros urbanos em busca de maiores rendas.

Como se verifica nos estudos de Gaiger (2009), destaca-se que as iniciativas voltadas para a consolidação do modelo de atividade turística estudado contribuem para o aumento da participação dos indivíduos que compõem as comunidades caiçaras em atividades produtivas, que se contrapõe ao modelo de alienação do trabalho promovido por grandes corporações do setor.

Outra perspectiva da relação entre as práticas ilustradas nos dois exemplos de TBC e a ESS se dá pela ampliação da participação dos indivíduos no trabalho, e não apenas na ampliação do lucro, como se verifica em Singer (2002). Sob essa

ótica, a valorização do trabalho das pessoas que compõem as comunidades de forma equitativa promove a inclusão e participação de todos os membros, mitigando possíveis efeitos discriminatórios.

De modo complementar, o formato de organização da atividade turística gera efeitos que ampliam a participação social dos envolvidos, de modo que seja estimulada a autogestão da comunidade e das atividades, diferenciando-se dos modelos tradicionais de gestão baseados na maximização do lucro.

Observam-se os aspectos positivos da atividade turística a ser realizada de modo sustentável, sob o formato do turismo de base comunitária. A viabilização dos modelos conta com uma estrutura ou rede de colaboração que fornece apoio em diversos aspectos da operação e gestão, como capacitações, órgãos de fomento e infraestrutura complementar. Também se destaca o papel do coletivo comunitário para a gestão financeira e distribuição dos ganhos entre a comunidade.

Aspecto fundamental para compreensão da relação proposta é inviabilidade dos esforços individuais e descoordenados dos atores das comunidades. Tal condição reflete o oposto da base necessária para a consolidação e representatividade da comunidade junto ao poder público, seja representado por suas atividades econômicas, suas características culturais, seus modelos de produção sustentável, etc.

Na seção a seguir são estruturados os pontos de destaque observados no trabalho, além dos objetivos alcançados e de novas possibilidades de ampliação da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza exploratória dessa pesquisa teve como motivação a ampliação do conhecimento sobre comunidades organizadas sob o Turismo de Base Comunitária, sua forma de organização e sua relação com a Economia Social e Solidária, em um modelo alternativo de uso consciente dos recursos naturais, culturais e históricos para o desenvolvimento da atividade turística.

Desse modo, quanto ao objetivo da pesquisa, acredita-se que ele tenha sido cumprido com êxito, dentro do recorte proposto de investigar o modelo organização da gestão do turismo praticados pelas organizações Rede Caiçara (PR) e Rota da Liberdade (SP).

Alguns aspectos podem ser levantados como elementos-chave que se depreenderam do trabalho, como a perspectiva positiva sobre os impactos do modelo de organização em TBC para o formato do trabalho na comunidade como um todo. Esse tipo de arranjo traz uma perspectiva pluralista e inclusiva dos diferentes tipos de trabalhos realizados pelos seus habitantes e garante dois aspectos: que toda forma de trabalho seja garantida e mantida, de modo que a memória e demais elementos histórico-culturais sejam resguardados no dia-a-dia, replicados pelos aprendizes e multiplicados ao influenciar os visitantes.

Outro ponto que se destaca é a consolidação de redes de relacionamento interinstitucionais por meio do apoio de outras instituições, seja por meio de parcerias, prestação de serviços ou outras formas de auxílio. Observa-se uma condição de complementaridade entre o alcance das competências organizacionais da comunidade, a extensão dos serviços de apoio e qualificação prestados por diferentes tipos de instituições, em especial, as ONGs e o poder público. A sinergia entre as partes envolvidas traz benefícios diretos e indiretos para as comunidades e sua capacidade de organização.

Em complemento, o turismo passa a ser trabalhado sob uma ótica menos econômica, de maximização dos benefícios extraídos da relação prestador de serviço-consumidor/turista, e incorpora um espectro mais robusto de variáveis, como trocas culturais, valorização do trabalho e da cultura local, além da garantia de trabalho digno, preservação do patrimônio histórico-cultural da região, ampliação da qualidade de vida da comunidade de destino,

Mesmo como modelos autônomos, a gestão é realizada de forma democrática, respeitando os preceitos da inclusão e da democracia. A relação entre trabalhadores e meios de produção transita no sentido ou num movimento de reaproximação, nos quais não há dissociação entre ambos que resulte na condição de dominador e dominado. Essa condição exerce papel fundamental na garantia de meios mais justos de trabalho, como pressuposto da ESS.

Por fim, parece haver indícios que o TBC, além da própria valorização da comunidade, tem grande potencial no combate à pobreza e à exploração do trabalho. Como alternativa de desenvolvimento de pesquisas para o futuro é possível considerar a ampliação do número de organizações estudadas, a fim de identificar os aspectos determinantes para seu sucesso e as limitações passíveis de serem transpostas. Outra possibilidade de estudo é analisar os aspectos operacionais e de gestão das comunidades e propor alternativas que possibilitem alcançar um número maior de visitantes sem descaracterizar a comunidade, a organização do trabalho ou os valores locais.

A pesquisa pode contribuir para a ampliação da compreensão do fenômeno do TBC e da exploração de sua reação com a ESS. Destaca-se a importância da ampliação de estudos que versem sobre as mesmas temáticas, de forma a incorporar ambas as áreas para a construção de marcos teóricos norteadores sobre a temática. Foi possível ilustrar a relação proposta entre as diferentes áreas do conhecimento e como as atividades específicas das comunidades refletem a natureza da ESS – mesmo que tais práticas sejam realizadas de forma tácita entre os indivíduos.

O estudo contribuiu para a associação dos dois temas, consolidando as práticas propostas por ambos os casos estudados. Tal condição auxilia a consolidar uma gama de exemplos que possam ser incorporados em modelos de autogestão para as comunidades.

Por fim, dentre as limitações das pesquisas, destacam-se dois aspectos: o número restrito de comunidades entrevistadas, em função do alcance possível dentro

da realidade brasileira; e a impossibilidade de levantamento de dados quantitativos que pudessem contribuir para uma análise complementar do desempenho do modelo de gestão da comunidades.

Para futuras pesquisas, sugere-se a ampliação do número de comunidades caiçaras estudadas, propondo-se a separação por regiões ou estados, dadas a heterogeneidade do desempenho da atividade turística em cada área do país.

REFERÊNCIAS

ARCHER, B.; COOPER, C.; RUHANEN, L. The positive and negative impacts of tourism. In: THEOBALD, W. F. (ed.). **Global tourism**. 3 ed. London: Routledge, 2012, p. 1-24.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 14 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

CHAVES-AVILA, R.; GALLEGGO-BONO, J. R. Transformative policies for the social and solidarity economy: The new generation of public policies fostering the social economy in order to achieve Sustainable Development Goals - The European and Spanish Cases. **Sustainability**, v. 12, n. 4059, p. 2-29. 2020. DOI 10.3390/su12104059

CHAVES, R.; DEMOUSTIER, D. **The emergence of the social economy in public policy**. Peter Lang Publisher: Brussels, 2013.

CHRISTIN, R. **Turismo di massa e usura del mondo**. Milano: Eleutèra, 2019.

CORIOLOANO, L. M. N. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Tenerife (ESP), v. 1, n. 2, p. 161-171, 2003. DOI 10.25145/j.pasos.2003.01.016

CRUZ, R. de C. A. da. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. **Confins**, São Paulo, v. 57, n. 44, 2020. DOI 10.4000/confins.26416.

DAMAS, M. T. Turismo Sustentável: Reflexões, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 310-327, Maio/jul., 2020. DOI 10.34024/rbecotur.2020.v13.9578

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 81-99, 2009. DOI 10.4000/rccs.401

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **RBTUR**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020. DOI 10.7784/rbtur.v14i1.1736

HALL, C. M. Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 7, p. 1044-1060, 2019. DOI 10.1080/09669582.2018.1560456

HIGGINS-DESBIOLLES, H. Sustainable tourism: Sustaining tourism or something more? **Tourism Management Perspectives**, v. 25, n. 1, p. 157-160, 2018. DOI 10.1016/j.tmp.2017.11.017

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. ICMBIO. **Turismo de Base Comunitária em unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes 2018**. Brasília: ICMBIO, 2018.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G; BRUSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

JOHNSON, P. A. Realizing Rural Community-Based Tourism Development: Prospects for Social Economy Enterprises. **Journal of Rural and Community Development**, v. 5, n. 1, p. 150-162, 2010.

LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. D. S. Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/844>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

LIN, V. S.; YANG, Y.; LI, G. Where can tourism-led growth and economy-driven tourism growth occur? **Journal of Travel Research**, v. 58, n. 5, p. 760-773, 2019. DOI 10.1177/0047287518773919

LÓPEZ-GUZMÁN, T.; SÁNCHEZ-CAÑIZARES, S.; PAVON, V. Community-based tourism in developing countries: a case study. **Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism**, v. 6, n. 1, p. 69-84, Spring 2011.

MANDRYSZ, W. Community-Based Social Economy – social capital and civic participation in social entrepreneurship and community development. **Management Dynamic in the Knowledge Economy**, v. 8, n. 1, p. 81-93. 2020. DOI 10.2478/mdke-2020-0006

MASON, P. **Tourism impacts, planning and management**. 4 ed. Oxon: Routledge, 2021.

MORENO, A. S., CHAVES, R. Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo - Especial referencia al caso español. **CIRIEC - España, Revista de Economía Pública**, Valência, n. 56, p. 87-116. 2006.

OKAZAKI, E. A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 5, p. 511-529, 2008. DOI 10.1080/09669580802159594.

RABAHY, W. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticas no planejamento**. Barueri (SP): Editora Manole, 2003.

RAMOS, D. M.; COSTA, C. M. Turismo: tendências de evolução. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Amapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, 2017. DOI 10.18468/pracs.2017v10n1p.21-33

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas (SP): Papirus, 2016.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 359-373.

SILVA, K. T.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 71-105.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 6 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2018.

SUANSRI, P. **Community-based tourism handbook**. Bangkok (Tailândia): REST, 2003.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. UNWTO. **Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030**, UNWTO: Madrid, 2017. DOI: 10.18111/9789284419340.

UTTING, P.; VAN DIJK, N.; MATHEÏ, M. A. Social and solidarity economy: Is there a new economy in the making? **UNRISD Occasional Paper: Potential and Limits of Social and Solidarity Economy No. 10**, United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Geneva, 2014.

TS

